

Maria Firmina dos Reis e a imprensa literária no Maranhão do século XIX¹

Rafael Balseiro Zin²

RESUMO

Veiculados a partir de 1821 e representados por jornais e revistas que abordavam temas diversos, os periódicos maranhenses oitocentistas tiveram um importante papel no desenvolvimento político e cultural da província, especialmente na capital, exercendo acentuada influência sobre a opinião pública e a intelectualidade locais. Por se tratar, entre outros assuntos, de publicações dedicadas à literatura, esses meios conseguiram reunir um conjunto expressivo de novos autores e autoras, dentre os quais, podemos destacar o nome de Maria Firmina dos Reis (1822-1917). Embora colocadas à margem ou mesmo tendo sido silenciadas pelos críticos e historiadores da literatura brasileira, a produção literária empreendida por nossas antepassadas foi presença constante nos jornais e revistas do século XIX, tanto nos dirigidos por homens quanto nos inúmeros criados e mantidos por elas próprias. Levando em consideração esse cenário, o objetivo desse trabalho é analisar, justamente, como se deu a participação dessa importante escritora nos periódicos maranhenses da época e como essa participação possibilitou a ela alcançar maior visibilidade e prestígio em meio à crítica e ao público leitor.

Palavras-Chave: Maria Firmina dos Reis. Imprensa literária. Maranhão. Brasil. Século XIX.

1 INTRODUÇÃO

As condições e possibilidades de emergência de um determinado escritor, bem como de seus respectivos textos literários, pressupõem o encaixe nem sempre perfeito de uma série de variáveis, que podem ser interpretadas como resultado de sua genialidade, mera sorte, fruto do acaso ou, de modo mais abrangente, sob uma perspectiva que, além de considerar os aspectos sociais envolvidos no processo, se atenta para algumas questões relativas aos momentos e movimentos históricos que antecedem a criação e a publicação da obra, os temas que ela aborda, a forma como estes são concebidos, os impactos que geram entre os leitores, sua apreciação crítica e eventual consagração. Frequentemente, no entanto, e de modo equivocado,

(...) tendemos a considerar a obra literária como algo incondicionado, que existe em si e por si, agindo sobre nós graças a uma força própria que dispensa explicações. Esta ideia elementar repousa na hipótese de uma virtude criadora do escritor, misteriosamente pessoal; e

1 As reflexões apresentadas neste artigo são um desdobramento da minha dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, intitulada *Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista*, defendida, em setembro de 2016, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

2 Doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (Neamp).

mesmo quando desfeita pela análise, permanece um pouco em todos nós, leitores, na medida em que significa repugnância do afeto às tentativas de definir os seus fatores, isto é, traçar de algum modo os seus limites (CANDIDO, 2010, p. 83).

Se quisermos melhor compreender os caminhos e as condições que possibilitaram Maria Firmina dos Reis trazer a público seus escritos, logo, essa premissa assume fundamental importância. Isso porque, quando investigamos tais fatores e buscamos diferenciá-los uns dos outros, além de nos distanciarmos de uma perspectiva que culminaria em uma leitura mitificante da trajetória da autora, torna-se possível apreender certas contradições e especificidades que, num primeiro momento, inadvertidamente, poderiam soar como imperceptíveis. Vale lembrar que qualquer escritor, localizado em uma determinada sociedade, não deve ser considerado apenas como um indivíduo capaz de exprimir sua originalidade e seu intelecto, mas, sobretudo, como alguém que desempenha um papel social específico, ocupando uma posição relativa em meio aos demais membros de seu grupo e correspondendo a certas expectativas de seu público leitor. Para que ele se estabeleça enquanto tal, para que possa ser reconhecido como escritor, conseqüentemente, existe uma série de elementos que fogem de seu domínio e poder de intervenção e que precisam ser apurados na análise.

Com base nisso, quais teriam sido as vias encontradas por Maria Firmina dos Reis para publicar seus textos? Teria ela custeado sozinha a veiculação de sua obra? Ou será que recebeu o apoio de amigos próximos ou mesmo de seu primo, o jornalista Francisco Sotero dos Reis, que exercia forte influência nos meios intelectuais maranhenses? Sua literatura foi produzida como mero passatempo ou com o intuito de disseminar ideias e ideais políticos? Para refletir essas questões, tomemos como ponto de partida o surgimento da imprensa no Maranhão oitocentista, uma vez que, um dos fatores decisivos para a concretização da atividade letrada e para o estabelecimento de um círculo de leitores na província se deu, precisamente, pela criação do jornalismo político e literário, especialmente em São Luís, decorrente da intensa atividade tipográfica que ali se instalou no início do século XIX, quando o Brasil ainda se mantinha sob o domínio português.

A imprensa literária no Maranhão oitocentista

De acordo com o pesquisador Ricardo Martins (2010, p. 108), em seu artigo *Breve panorama histórico da imprensa literária no Maranhão oitocentista*:

O governador Marechal Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, em 9 de novembro de 1821, informou a Lisboa que os maranhenses desejavam instituir a primeira imprensa da província, assim que a primeira constituição portuguesa foi jurada no Maranhão. O desejo, ao que parece, era tanto que, antes mesmo de chegar a primeira prensa tipográfica, começou-se a publicar um periódico manuscrito, considerado o primeiro jornal maranhense, cujo título era *O Conciliador do Maranhão*.

A partir desse momento, iniciou-se todo um processo de proliferação dos órgãos de notícias, em paralelo ao significativo aumento no número de tipografias na região. Os periódicos maranhenses, representados por jornais e revistas de temas diversos, passaram a desempenhar um importante papel no desenvolvimento político e cultural da província, principalmente na capital, uma vez que exerciam acentuada influência sobre a opinião pública e a intelectualidade locais. O Maranhão

conhecerá, assim, uma fase agitada e próspera de seu jornalismo, já que foram muitos os periódicos colocados em circulação. Uma parte deles, no entanto, teve curta duração, ainda mais na fase inicial de implementação. Eram jornais com baixa repercussão, que mantinham linhas editoriais desorientadas e que eram utilizados por determinados agentes e grupos políticos unicamente para hostilizar a administração de Dom Pedro I. Mesmo assim, com o passar dos anos, considerando o acúmulo de experiência editorial obtido pelos jornalistas, a imprensa maranhense conseguiu atingir certo grau de maturidade, instalando-se, definitivamente, como instituição de prestígio na sociedade local (LOPES, 1959). Àquela altura, inclusive, ela já contava com um parque tipográfico próprio, considerado um dos mais ativos e avançados do país; algumas tipografias particulares de propriedade dos próprios articulistas; além de um público leitor assíduo, o que possibilitou o exercício jornalístico constante e, conseqüentemente, a consolidação de um grupo considerável de homens de letras, que abasteciam os periódicos de textos e matérias sobre os mais variados assuntos (MARTINS, 2010, p. 109). Em paralelo às folhas de cunho partidário, havia em circulação, também, uma quantidade razoável de revistas literárias e científicas, cujo foco era a difusão e a disseminação de conhecimentos sobre agricultura e abastecimento, saúde e bem-estar, costumes e tendências, filosofia e religião, indústria e comércio, mas, sobretudo, literatura. Possivelmente, esse fato se explique pela necessidade encontrada pelas autoridades públicas do Império recém-constituído de dar início a um movimento de construção de uma identidade nacional própria aos brasileiros, no sentido de marcar posição contrária aos anos de dominação portuguesa na América³.

É interessante observar que as linhas editoriais desses periódicos iniciais, tomadas por um forte viés político, acabaram influenciando e sendo reproduzidas nos demais órgãos da imprensa literária maranhense, principalmente no que diz respeito ao orgulho patriótico e ao objetivo de se transmitir educação e cultura aos cidadãos, através de um conjunto abundante de artigos que difundiam informações acerca do cultivo das belas-letras e das artes em geral, dedicando-se, ao mesmo tempo, às novidades tecnológicas e científicas, em âmbito nacional e internacional, sempre com a preocupação de estimular o debate intelectual acerca das realidades política, econômica e cultural do Maranhão e do Império, como um todo. Além disso, nesses periódicos, havia uma proposta de se estabelecer uma escrita que fosse feita de forma simples, acessível e envolvente, mas sem banalizar os conteúdos apresentados, com o intuito de angariar cada vez mais novos leitores. Outro aspecto interessante é que foram muitos os jornais de conteúdo recreativo publicados ao longo daquele século na província, todos de curta ou curtíssima duração, mas que criavam espaços voltados para dar vazão à produção literária tanto de homens quanto de mulheres. Através desses periódicos e revistas, portanto, os maranhenses puderam conhecer uma profusão incontável de verzejadores, ficcionistas, articulistas e

3 No processo de edificação da nacionalidade, a literatura exerce um papel fundamental (RICUPERO, 2004). E os autores do romantismo brasileiro estiveram na linha de frente desse movimento, especialmente José de Alencar (1829-1877). Entre suas obras de maior destaque, a mais significativa para determinar esse patrimônio identitário nacional é, sem dúvida, *O guarani*, publicada em formato de folhetim no *Diário do Rio de Janeiro*, durante o ano de 1857. Nela, Alencar estabelece a paisagem típica do Brasil, a singularidade linguística de nossa gente, mas, especialmente, o mito fundador que constituiria a nação: a união do casal ancestral formado por Peri e Cecília, um índio que se renderia aos valores cristãos e uma portuguesa que acolhera os costumes naturais do novo mundo. Evidentemente, essa autodescrição da cultura brasileira é um tanto parcial, uma vez que exclui do processo de criação da identidade nacional uma parcela significativa da população, como os negros, durante o Império, e, anos mais tarde, os europeus e demais povos, que viriam para o país substituir a mão de obra escrava, após a promulgação da Lei Áurea, de 1888.

biógrafos de personalidades ligadas às letras e ao fazer científico. A maior parte desses intelectuais e literatos, posteriormente, acabou sendo reunida na antologia *Parnaso Maranhense*, publicada, em 1861, na cidade de São Luís, onde se pode ter uma ideia da quantidade considerável de cultuadores da arte poética surgida por lá.

Dentre as personalidades históricas que mais se sobressaíram na atividade jornalística da província nesse período, encontra-se a figura emblemática de João Francisco Lisboa⁴, um de seus pais fundadores, e de Francisco Sotero dos Reis⁵, primo de Maria Firmina dos Reis por parte de mãe, ambos de suma importância para a consolidação da opinião pública, para o alargamento da atividade letrada e para o fortalecimento de um pensamento político mais afinado com os valores e costumes da região. Juntos, eles foram responsáveis pela criação de um número razoável de periódicos, que contribuíram para dar vida a todo um processo de agitação e de efervescência cultural e intelectual na cidade de São Luís e em seus arredores. Com relação ao parente de Firmina, especificamente, Ricardo Martins (2010, p. 116) esclarece que:

(...) a importância de Sotero dos Reis junto à opinião pública maranhense deve-se ao fato de sua inegável contribuição para a formação do gosto literário da época, com seus artigos de crítica literária e a divulgação e estímulo dos talentos locais e nacionais. Ao lado de sua intensa e destacada atividade como latinista, filólogo e historiador da literatura, a sua atuação como jornalista exerceu grande influência sobre os fatos públicos da província, ajudando a consolidar a fama do Maranhão como um celeiro de intelectuais e de homens [*e mulheres*]⁶ de letras, com repercussão nacional, sem jamais ter saído de sua terra natal.

Apesar dos laços de sangue, não se sabe ao certo se, de fato, a escritora maranhense teve algum contato com seu primo influente. Mesmo considerando os fragmentos biográficos levantados e divulgados por Nascimento Morais Filho, não há quaisquer registros ou mesmo indícios que comprovem uma eventual aproximação entre os dois. Embora não seja possível confirmar essa informação, Luiza Lobo (2011, p. 112) acredita que o parentesco de Maria Firmina com Francisco Sotero dos Reis de pouco lhe serviu para uma apresentação na vida cultural da província, ainda que ela tenha lhe dedicado ao menos um poema. Seja como for, se o jornalista maranhense não possibilitou o ingresso da escritora nos periódicos dos quais fazia parte, ao menos, por ter fundado uma série de jornais e revistas de ampla circulação, criou as condições para que não somente ela, mas muitas outras mulheres, pudessem se enveredar pelo universo da escrita e da literatura.

Em meio aos periódicos literários de maior importância para o estabelecimento da atividade letrada no Maranhão oitocentista, destaca-se o jornal *Eco da Juventude*, que circulou nos anos de 1864 e 1865, contando, ao todo, com vinte e quatro números, sempre dispostos em oito laudas semanais, que abordavam temas relacionados à literatura, à filosofia, à religião, à geografia, à história e à necessidade de se

4 Nascido na cidade maranhense de Pirapemas, em 1812, e falecido em Lisboa, em 1863, João Francisco Lisboa foi um autodidata que atuou como político, historiador, jornalista e escritor, a quem a Academia Brasileira de Letras conferiu o patronato da cadeira de número 18. Fundou e dirigiu, no Maranhão, vários periódicos, dentre os quais o famoso *Jornal de Timon*, dedicado aos estudos políticos, à história do Brasil e à história de sua terra natal, tão apreciada por ele.

5 Assim como João Francisco Lisboa, Sotero dos Reis foi autodidata, tendo estudado e adquirido vasto conhecimento de literatura, latim e língua portuguesa, sem nunca ter frequentado cursos superiores. Naqueles tempos, as noções básicas de humanidades eram aprendidas durante as escassas e desorganizadas aulas públicas de instrução primária, oferecida a poucos meninos que tinham condições e recursos para se manter nesses espaços.

6 Grifo meu.

promover o acesso à instrução pública para todos os cidadãos da província. Em suas páginas, também, se fez ardente defesa da memória do escritor Gonçalves Dias, o que deu início a uma campanha pela construção de um monumento em homenagem póstuma ao vate maranhense que, segundo um de seus redatores, “não era somente desta abençoada parte do Império, era do Brasil” (MARTINS, 2010, p. 121). Por se tratar de uma “publicação dedicada à literatura”, como anuncia seu frontispício, esse jornal conseguiu reunir um conjunto expressivo de novos literatos que almejavam ocupar o cenário das belas-letas, dentre os quais, Maria Firmina dos Reis. Foi nesse periódico, inclusive, que a ficcionista encontrou espaço para publicar alguns de seus poemas e a versão final de seu conto *Gupeva*, impresso nos números 14 a 17. Além do *Eco da Juventude*, a jovem escritora se fez conhecer, entre outros jornais, através das páginas do *Semanário Maranhense*, que também mantinha uma linha editorial acentuadamente voltada para o cultivo da literatura e da cultura locais, dando ênfase a temas como o patriotismo e o orgulho nacional, mas sem perder de vista a valorização das “tradições provinciais”, colocando à disposição de seus leitores um conjunto de artigos e peças literárias bastante diversificado, que variava entre poemas, contos, crônicas, novelas, artigos de interesse historiográfico e econômico e, por vezes, preleções de autoridades públicas. Tais periódicos, desse modo, evidenciam a marcante abertura que a imprensa maranhense mantinha com intelectuais do sexo feminino, desfazendo o mito de que somente homens escreviam e contribuíam para a materialização de toda uma cultura letrada em constituição no Maranhão, no momento posterior à sua fase de formação.

A preocupação das autoridades públicas do Império de estabelecer no Brasil o acesso da população à educação escolar formal, por conseguinte, ainda que essa iniciativa não tivesse beneficiado a todos os cidadãos da mesma maneira, pode ser considerada como um dos fatores determinantes para a consolidação da atividade literária e do alargamento do periodismo na região, abrindo espaço para que a participação feminina se fizesse presente na esfera pública e nos meios de comunicação. Como explica a pesquisadora Maria Lucia de Barros Mott (1988, p. 62), a partir da segunda metade do século XIX, a quantidade de mulheres educadas cresceu significativamente no país, a ponto de começar a circular jornais não apenas direcionados para o público feminino, mas organizados, editados e escritos por elas próprias⁷. Nesse momento, inclusive, de acordo com Norma Telles (1997, p. 426):

(...) várias mulheres fundaram jornais visando esclarecer as leitoras, dar informações, chegando, no final do período, a fazer reivindicações objetivas. Muitas vezes esses jornais pertenciam a mulheres de classe média, algumas das quais investiram todos os seus recursos nele. Eram tantos que chegaram a formar uma rede, de norte a sul, atentos às publicações e ações das mulheres.

Com o tempo, além do número desses periódicos ter aumentado, as suas colaboradoras deixaram de se esconder por detrás de pseudônimos e das iniciais de seus nomes, passando a escrevê-los por

7 O *Jornal das Senhoras*, como esclarece Constância Lima Duarte (2016, p. 117), é considerado o primeiro periódico criado por uma mulher no Brasil. Sob a direção da romancista e jornalista Joana Paulo Manso de Noronha (1819-1875), natural da Argentina, circulou aos domingos na cidade do Rio de Janeiro, entre os anos de 1852 e 1855. Com a promessa de levar às leitoras “Moda, Literatura, Belas-Artes, Teatro e Crítica”, ao contrário de outras publicações de autoria feminina que surgiriam logo na sequência, de norte a sul do país, esse periódico, desde o início, assumiu um discurso emancipacionista. A primeira mulher de que se tem notícia a trabalhar em uma redação de jornal no Maranhão, no entanto, de acordo com Sebastião Jorge (2008), ainda que o pesquisador não tenha precisado o ano e nem o título do periódico, foi Eponina de Oliveira Condurú Serra (1842-1931), uma educadora da antiga vila de São Bento dos Peris, que, assim como Maria Firmina dos Reis, exerceu o magistério por décadas

extenso e a publicar seus textos em veículos de maior circulação. A presença feminina na grande imprensa, assim, serviu de argumento para a introdução de temas e pautas que, até então, não eram observados com mais atenção pelos redatores do sexo masculino. Desde seu surgimento na França, em 1852, a questão da educação formal para as mulheres foi uma das principais batalhas desses jornais. Se, inicialmente, ela era vista como necessária porque a mulher, enquanto mãe, era responsável pela formação dos filhos e, por consequência, dos homens, num segundo momento, ela passou a ser defendida com mais força, uma vez que, educadas, as mulheres teriam conhecimento não apenas de seus deveres, mas, também, de seus direitos. Seguindo o raciocínio de Norma Telles (1997, p. 427), ainda:

Esses periódicos, como outros da época, fizeram campanhas pela educação da mulher. Muitas vezes essas campanhas apareceram ligadas ao reforço do papel de mãe, de boa esposa, de dona de casa. No contexto, no entanto, a contribuição é valiosa e era importante enaltecer a mulher tanto dentro quanto fora de casa. Havia, evidentemente, diferenças de opiniões entre as articulistas, umas mais radicais, outras menos. A questão do voto feminino ainda não era tratada diretamente, mas os jornais contornavam noticiando amplamente lutas e conquistas em outros países.

A publicação de artigos que tratavam da relação entre educação, profissionalização e emancipação feminina foi o passo seguinte. E, aos poucos, novas questões foram sendo abordadas nesses jornais, tais como a crítica ao casamento dado por interesse; a rejeição ao papel de submissão e de propriedade do homem destinado às mulheres; a defesa do divórcio e do sufrágio universal, entre outras reivindicações. Os periódicos femininos, do mesmo modo, manifestaram-se em diversos momentos sobre questões políticas dos mais variados vieses, até mesmo tomando partido favorável na luta em prol da abolição da escravatura⁸.

Com o intuito de estimular a escrita, de fomentar a leitura e o debate em torno dos textos, bem como de propagandar o nome das autoras, muitos jornais da época traziam em suas edições anúncios que ofereciam ao público as respectivas obras produzidas por elas, além de algumas críticas voltadas para um melhor entendimento desse novo universo literário, ainda que a maioria das publicações fosse bastante enxuta e sem um maior aprofundamento na análise. E foi justamente nesses periódicos que o nome da escritora maranhense passou a ser visto com maior frequência pelo conjunto da população. Em 11 de agosto de 1860, por exemplo, o jornal *A Moderação* (apud MORAIS FILHO, 1975, s/p) registrava a seguinte passagem:

ÚRSULA – Acha-se à venda na Tipografia do Progresso, este romance original brasileiro, produção da Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis, professora pública em Guimarães. Saudamos a nossa comprovinciana pelo seu ensaio que revela de sua parte bastante ilustração; e, com mais vagar, emitiremos a nossa opinião, que desde já afiançamos não será desfavorável à nossa distinta comprovinciana.

8 Vale notar, também, que, ao longo do século XIX, além do surgimento de periódicos organizados exclusivamente por mulheres, indivíduos e grupos negros letrados criaram espaços na imprensa para tratar dos assuntos que consideravam mais importantes para o debate sobre a condição dos afrodescendentes no país e para expor suas ideias acerca dos rumos do Império. Experiências cotidianas e variadas de enfrentamento do racismo e da escravidão, a criação de redes de sociabilidade e o uso de instrumentos legais para promover a cidadania foram registrados nas páginas de diversos jornais assinados por “homens de cor” e que eram dirigidos por eles próprios. Sobre essa faceta da história do periodismo oitocentista, recomendo a leitura do livro *Imprensa negra no Brasil do século XIX*, da pesquisadora Ana Flávia Magalhães Pinto (2010).

O jornal *A imprensa* (apud MORAIS FILHO, 1975, s/p), por sua vez, em duas edições distintas, apregoeou comentários favoráveis ao romance inaugural de Firmina e, posteriormente, aos poemas da escritora que comporiam a coletânea *Parnaso Maranhense*. Na primeira delas, veiculada em 18 de fevereiro de 1860, o periódico informava o seguinte:

ÚRSULA – Romance brasileiro por uma maranhense. Um volume em preço de 2\$000⁹. Esta obra, digna de ser lida não só pela singeleza e elegância com que é escrita, como por ser a estreia de uma talentosa maranhense, merece toda a proteção pública para animar a sua modesta autora a fim de continuar a dar-nos provas do seu belo talento.

Na segunda, publicada em 19 de outubro de 1861, trazia esta mensagem:

Os versos de Maria Firmina dos Reis indicam uma imaginação cheia de vivacidade da parte da autora; muita leitura e gosto, e do doce perfume dos sentimentos saídos do coração sem ensaio nem afetação. De há muito que todos conhecem os talentos e habilidade da autora de Úrsula, assim não causou estranheza as poesias que mandou para o Parnaso.

Embora, no início, muitas das publicações fossem um tanto condescendentes com as escritoras, não devemos menosprezar sua relevância histórica. Isso porque, os “critérios de avaliação” acima apontados podem até parecer superficiais e anteriores ao próprio conteúdo das obras, já que partem de uma premissa com viés muito mais político do que literário, ou seja, sem se preocupar em tecer uma avaliação mais contundente acerca da representação textual, da enunciação discursiva ou mesmo de sua qualidade estética. Nesse momento, porém, o que se buscava privilegiar era muito mais a oportunidade de se promover as autoras do que a qualidade de seus textos, justamente por se tratar do prenúncio de uma “literatura emergente” (LOBO, 1993, p. 223). A escrita feita por autores negros no Brasil, que tem muito em comum com a produção literária empreendida pelas mulheres, inclusive, pode ser compreendida nesse mesmo enfoque. Quando ela congrega as duas características, negra e feminina, como no caso de Maria Firmina dos Reis, o caráter político do fato se sobressai ainda mais. O que se percebe, com isso, é que o julgamento do valor estético, nessa fase de necessária afirmação, precisava ser posterior à própria designação dessa recém-inaugurada vertente literária, um fenômeno que, apesar de ter se iniciado em meados do século XIX no Maranhão, e com alguma frequência no Rio de Janeiro e em São Paulo, se mostrou mais efetivo e numericamente simbólico somente a partir da década de 1970¹⁰, quando militantes do movimento negro paulista, contando com a participação

9 Para se ter uma ideia do que essa quantia representava para os padrões da época, de acordo com pesquisador Rodrigo Estramano de Almeida (2012, p. 164), a renda média anual para um indivíduo do sexo masculino ser considerado votante nas eleições do Império, em conformidade com as prerrogativas legais da Constituição de 1824, era de cem mil réis. Esse valor não significava nenhuma fortuna, mas também não era algo desprezível, levando-se em consideração que aproximadamente 12% da população brasileira constituía o eleitorado no período. Logo, o que se constata é que a aquisição de um exemplar do romance *Úrsula* era possível de ser realizada, mesmo sabendo que uma gama significativa de pessoas não tivesse essa oportunidade, seja por questões de cunho econômico, seja pelo analfabetismo crônico que assolava o conjunto de nossa população.

10 Em 1978, na cidade de São Paulo, surgiu o primeiro volume da série *Cadernos negros*, uma publicação de cunho independente e que reuniu os trabalhos de oito poetas afro-brasileiros que, sozinhos, dividiram os custos da edição. Desde então, ininterruptamente, já foram lançados, ao todo, trinta e oito números, sendo um por ano, que alternam poemas e contos de estilos diversos, sempre produzidos por autores negros. Vale dizer que não há qualquer registro de outras antologias publicadas com essa regularidade no Brasil e que contenham textos de escritores afro-brasileiros, o que mostra a importância desse veículo para dar visibilidade à literatura negra feita no país. Em 1980, dois anos depois da primeira edição dos *Cadernos*, este grupo de autores decidiu fundar o coletivo paulistano *Quilombhoje Literatura*, cuja finalidade é

de algumas feministas negras, decidiu romper com a exclusão propiciada pela crítica acadêmica especializada e pela não aceitação de seus escritos pelo mercado editorial brasileiro, ambos dominados hegemonicamente pelas elites brancas e masculinas, criando, assim, uma maneira própria de se pensar, produzir e veicular sua literatura.

Além dos anúncios com tons elogiosos, adiante, outros jornais buscavam glorificar as autoras, focando diretamente na elevação de sua autoestima e estimulando-as a seguir em frente com suas criações. É o caso d'*O Jardim das maranhenses* (apud MORAIS FILHO, 1975, s/p), que, em sua edição de 30 de setembro de 1861, publicava a seguinte nota:

Com o presente número finaliza-se o terceiro bimestre deste jornal que, graças a Deus e à boa vontade dos Srs. assinantes, – conta com oito meses de existência!

Seríamos apelidados de indiferentes, e com muita razão, se, dando esta notícia, não consignássemos aqui o nosso voto de eterna gratidão àqueles que, não só concorreram com as suas assinaturas, como também aos que honraram as páginas do JARDIM com suas produções literárias.

A todos em geral novamente suplicamos continuem a prestar sua valiosa proteção a prol deste jornal, que em nada tem desmentido o seu programa; e cujas páginas, como dantes, continuaram à disposição daqueles que quiserem honrá-las com seus escritos.

Um motivo mui poderoso obriga-nos ainda a fazer esta súplica, digna por certo de ser atendida.

Existe em nosso poder, com destino a ser publicado no nosso jornal um belíssimo e interessante ROMANCE¹¹, primoroso trabalho da nossa distinta comprovinciana, a Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis, professora pública da Vila de Guimarães; cuja publicidade tencionaremos dar princípio do nº 25 em diante.

Garantimos ao público a beleza da obra; e pedimos-lhe a sua benévola atenção. A pena da Exma. Sra. D. Maria Firmina dos Reis já é entre nós conhecida; e convém muito animá-la, a não desistir da empresa encetada.

Esperamos, pois, à vista das razões expendidas, que as nossas súplicas sejam atendidas; afixando que continuaremos defendendo o belo e amável sexo – quando injustamente for agredido.

Salus et pax.

Outros periódicos se enveredaram pelo mesmo caminho, mas nem todos eram demasiado complacentes com as autoras. *O Jornal do Comércio* (apud MORAIS FILHO, 1975, s/p), por exemplo, em 4 de agosto de 1860, trouxe a público a seguinte crítica:

OBRA NOVA – Com o título ÚRSULA publicou a Sra. Maria Firmina dos Reis um romance nitidamente impresso que se acha à venda na Tipografia do Progresso.

Convidamos aos nossos leitores a apreciarem essa obra original maranhense, que, conquanto não seja perfeita, revela muito talento da autora, e mostra que se não lhe faltar animação poderá produzir trabalhos de maior mérito. O estilo fácil e agradável, a sustentação do enredo e o desfecho natural e impressionador põem patentes neste belo ensaio dotes que devem ser cuidadosamente cultivados.

promover discussões e aprofundar a experiência afro na literatura brasileira. Dentre seus criadores, destacam-se os nomes dos escritores Cuti, pseudônimo de Luiz Silva, Oswaldo de Camargo, Paulo Colina e Abelardo Rodrigues. O grupo, que se mantém em atividade até hoje, tem como proposta estimular o hábito da leitura, promovendo a difusão de conhecimentos e informações e desenvolvendo e incentivando estudos, pesquisas e diagnósticos sobre a literatura e a cultura negras no país. Atualmente, o *Quilombhoje* é coordenado pela jornalista e escritora Esmeralda Ribeiro e pelo escritor Márcio Barbosa.

11 Na verdade, o texto de Maria Firmina dos Reis a ser publicado era a primeira edição de seu conto indianista *Gupeva*, e não um romance, como o fora *Úrsula*.

É pena que o acanhamento mui desculpável da novela escrita não desse todo o desenvolvimento a algumas cenas tocantes, como as da escravidão, que tanto pecam pelo modo abreviado com que são escritas.

A não desanimar a autora na carreira que tão brilhantemente ensaiou, poderá para o futuro, dar-nos belos volumes.

Vale observar que, no Brasil, a literatura de autoria feminina começa a ter maior reconhecimento, ou obter um pouco mais de consideração por parte dos homens, somente no início do século XX. Ainda assim, embora colocadas à margem ou mesmo tendo sido silenciadas pelos críticos e historiadores da literatura brasileira, que contribuíram e que contribuem para a formação do cânone nacional, a produção literária empreendida por nossas antepassadas foi presença constante nos jornais e revistas do século XIX, tanto nos dirigidos pelo sexo masculino quanto nos inúmeros criados e mantidos por elas próprias, seja no Maranhão ou em demais províncias. Não obstante, de acordo com Zahidé Muzart (2003, p. 225-6), é quase impossível avaliar e desfrutar da literatura feita pelas mulheres naquele século sem que nos debrucemos no levantamento e no estudo do que foi publicado nos periódicos postos em circulação no período¹². Finalmente, é preciso lembrar que, além da produção em jornais e revistas, muitas delas publicaram livros de poesia, contos e até romances que, apesar do difícil acesso, não podem e nem devem ser desprezados. Infelizmente, boa parte desse legado deixado pelas escritoras oitocentistas foi sendo colocado de escanteio, fazendo com que, somente a partir dos trabalhos divulgados por algumas pioneiras que obtiveram algum prestígio em vida¹³, as mulheres conseguissem firmar pé, definitivamente, ainda que debaixo de uma série de preconceitos, no cenário literário nacional.

Considerações finais

Maria Firmina dos Reis, como pode ser observado ao longo deste artigo, participou ativamente da vida intelectual maranhense, colaborando na imprensa local, publicando livros e fazendo parte de antologias poéticas (TELLES, 1997, p. 412). No âmbito das letras nacionais, particularmente, ela inaugurou a construção de identidades culturais que levam em consideração uma perspectiva outra, a perspectiva dos próprios vencidos, algo inédito para a literatura brasileira produzida até então. Como observou Eduardo de Assis Duarte (2009, p. 277), “ao estabelecer uma diferença discursiva que contrasta em profundidade com o abolicionismo hegemônico na literatura brasileira de seu tempo, a autora constrói para si mesma um outro lugar: o da literatura afro-brasileira”. Suas narrativas, não obstante, mesmo tendo como fundamento a estética de cunho romântico, se utilizam da principal

12 Com relação a essa questão, destaco o estudo recém-lançado pela pesquisadora Constância Lima Duarte (2016) sobre a imprensa feminina e feminista no Brasil do século XIX, que reuniu um conjunto significativo de cento e quarenta e três jornais e revistas que foram editados no país nesse período e que tinham, como público-alvo, justamente as mulheres. Apesar de sua relevância histórica e de seu ineditismo, infelizmente, o levantamento de Duarte faz menção somente a dois periódicos maranhenses, ainda que houvesse muitos mais. O primeiro deles é *O Jardim das Maranhenses*, em que Maria Firmina dos Reis publicou a primeira versão de *Gupeva*, em 1861-2; o segundo é o *Chrysalida*, jornal voltado para o incentivo à educação feminina e que circulou na cidade de Caxias, situada no interior da província, entre os anos de 1883 e 1884.

13 Dentre as escritoras pioneiras que obtiveram reconhecimento em vida, Zahidé Muzart (2003, p. 226) destaca os nomes das jornalistas Josefina Álvares de Azevedo (1851-?) e Corina Coaracy (1858-1892); da contista e romancista Carmem Dolores (1852-1910); e, principalmente, já no século XX, da poetisa Gilka Machado (1893-1980) e da anarquista Maria Lacerda de Moura (1887-1945).

manifestação do Romantismo, que é a idealização amorosa, como desvio de atenção, com o intuito de ludibriar o patriarcalismo escravagista em vigência no Império, em torno das questões levantadas por ela sobre a condição das mulheres e dos africanos e afrodescendentes escravizados.

Embora a atuação política de Maria Firmina dos Reis tenha se dado de modo indireto e através das letras, finalmente, ela não pode e nem deve ser subestimada. Até porque, como sugere a pesquisadora Maria Lúcia de Barros Mott (1988, p. 17): “a resistência e a luta da mulher contra a escravidão resgata uma forma de participação informal exercida, quase sempre, fora das esferas de poder e dos quadros político-partidários, mas nem por isso menos importante e eficiente”. Daí, então, a necessidade de se recuperar a produção literária e as ideias dessa escritora, uma das poucas intelectuais afrodescendentes do século XIX de que se tem notícia, cuja trajetória de vida, desde muito cedo, a faria compreender a importância de se propagar e de se estabelecer naquela decadente sociedade brasileira oitocentista os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade, contribuindo, assim, para a construção de um país mais justo e sem opressão.

Maria Firmina dos Reis and the literary press in Maranhão of 19th century

ABSTRACT

Published since 1821 and represented by newspapers and magazines that dealt with different themes, the Maranhão 19th century periodicals played an important role in the political and cultural development of the province, especially in the capital, exerting a strong influence on local public opinion and intellectuals. As it deals, among other subjects, with publications dedicated to literature, these means managed to bring together an expressive group of new authors, among which we can highlight the name of Maria Firmina dos Reis (1822-1917). Although placed on the sidelines or even silenced by the critics and historians of Brazilian literature, the literary production undertaken by our ancestors was a constant presence in the 19th century newspapers and magazines, both directed by men and in the innumerable servants and kept by women authors themselves. Taking into account this scenario, the objective of this work is to analyze, precisely, how this important writer participated in the periodicals of Maranhão of that time and how this participation allowed her to achieve greater visibility and prestige in the midst of criticism and the readership.

Keywords: Maria Firmina dos Reis; Literary press; Maranhão; Brazil; 19th century.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rodrigo Estramanzo de. **A realidade da ficção: ambiguidades literárias e sociais em “O Mulato” de Aluísio Azevedo**. São Paulo: Alameda, 2012.

CANDIDO, Antonio. O escritor e o público. In: _____. **Literatura e Sociedade: estudos de teoria e história literária**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010, p. 83-98.

DUARTE, Constância Lima. **Imprensa feminina e feminista no Brasil: século XIX**. Dicionário ilustrado. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2016.

DUARTE, Eduardo de Assis. Maria Firmina dos Reis e os primórdios da ficção afro-brasileira. Posfácio. In: REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula (romance); A escrava (conto)**. Florianópolis: Editora Mulheres/Belo Horizonte: PUC Minas, 2009, p. 263-279.

JORGE, Sebastião. **A imprensa do Maranhão no século XIX (1821-1900)**. Homenagem aos 200 anos da imprensa no Brasil. São Luís: Lithograf Editora, 2008.

LOBO, Luiza. Autorretrato de uma pioneira abolicionista. In: _____. **Crítica sem juízo**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1993, p. 222-238.

_____. Maria Firmina dos Reis. In: DUARTE, Eduardo de Assis (Org.). **Literatura e afrodescendência no Brasil: antologia crítica** (vol. 1: Precursores). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 111-126.

LOPES, Antônio. **História da imprensa no Maranhão (1821-1925)**. Departamento de Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1959.

MARTINS, Ricardo André Ferreira. Breve panorama histórico da imprensa literária no maranhão oitocentista. In: **Animus**. Revista interamericana de comunicação midiática, v.18, jul./dez., 2010, p. 107-129.

MORAIS FILHO, José Nascimento. **Maria Firmina, fragmentos de uma vida**. São Luís: Governo do Estado do Maranhão, 1975.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. **Submissão e resistência: a mulher na luta contra a escravidão**. São Paulo: Contexto, 1988.

MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 11, n. 1, jan./jun., 2003, p. 225-233.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Imprensa negra no Brasil do século XIX**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2010.

RICUPERO, Bernardo. **O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)**. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 401-442

BIOGRAFIA

Rafael Balseiro Zin

Doutorando em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e pesquisador do Núcleo de Estudos em Arte, Mídia e Política (Neamp).